

**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

RELATÓRIO CONTÁBIL

3º TRIMESTRE DE 2023

REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Maurício Ferreira Menezes

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Fabianna Domingues Lins Cavalcante

Informações

Telefone (82) 3194-1150

Correio eletrônico: dcf@ifal.edu.br

Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/administracao/contabilidade>

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAL	3
2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS	14
5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	20
6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL – BP	4
6.1. Caixa e Equivalente de Caixa.....	4
6.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	6
6.2.1. Suprimento de Fundos.....	8
6.2.2. Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada.....	9
6.3. Estoques.....	10
6.4. Imobilizado.....	12
6.4.1. Bens Móveis.....	12
6.4.2. Bens Imóveis.....	13
6.5. Intangível.....	15
6.6. Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais – CP.....	16
6.7. Ajustes de Exercícios Anteriores.....	18
6.8. Obrigações Contratuais.....	18
7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO - BF	22
7.1. Ingressos.....	22
8. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO	24
8.1. Receitas Correntes.....	24
8.2. Despesas.....	25
8.3. Execução de Restos a Pagar Não Processados.....	27

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), criado por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a unificação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Por meio da Resolução nr. 11 do Conselho Superior do IFAL, de 22/09/2009, publicada no DOU 25/10/2009 alterada pela Resolução nr. 03 do Conselho Superior do IFAL, de 25 de março de 2019 publicada no DOU em 02/04/2019, que trata do Estatuto com a relação de todas as Unidades pertencentes ao IFAL, incluindo a Reitoria, nos municípios de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Maragogi, Penedo, Piranhas, Arapiraca, Maceió, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Satuba, Coruripe, Viçosa, Rio Largo e Batalha e 01 campus Avançado Maceió Benedito Bentes. A Reitoria do IFAL está sediada na Rua Odilon de Vasconcelos, nr. 103, no bairro da Jatiúca, na cidade de Maceió – Alagoas, CEP: 57035-660.

Abaixo apresenta-se tabela com a identificação das Unidades, com sua respectiva Unidade Gestora e CNPJ.

Unidade	Unidade Gestora	CNPJ
Reitoria	158147	10.825.373/0001-55
Maceió	158381	10.825.373/0003-17
Palmeira dos Índios	158383	10.825.373/0005-89
Santana do Ipanema	152801	10.825.373/0007-40
Murici	152803	10.825.373/0009-02
Arapiraca	152805	10.825.373/0011-27
Coruripe	156655	10.825.373/0013-99
Rio Largo	156657	10.825.373/0015-50
Marechal Deodoro	158380	10.825.373/0002-36
Satuba	158382	10.825.373/0004-06
Penedo	152800	10.825.373/0006-60
Piranhas	152802	10.825.373/0008-21
São Miguel dos Campos	152804	10.825.373/0010-46
Maragogi	152815	10.825.373/0012-08
Viçosa	156656	10.825.373/0014-70
Batalha	156660	10.825.373/0016-31

Apenas o campus Avançado Maceió Benedito Bentes opera na plataforma da Reitoria.

Nas Unidades de Palmeira dos Índios e Maceió, a área responsável pela parte contábil é o Departamento de Orçamento e Finanças. Na Reitoria existe o Departamento de Contabilidade e Finanças, o qual atua como Setorial Contábil de Órgão, conforme Decreto n.º 6.976/2009 e a Coordenação de Finanças como subordinada. E nas demais Unidade do Ifal, existe uma Coordenação de Contabilidade e Finanças.

Apresenta-se abaixo as Unidades do Ifal com os respectivos contabilistas responsáveis pela conformidade contábil.

Unidade	Unidade Gestora	Contador Responsável	CRC
Reitoria	158147	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Marechal Deodoro	158380	Natasha Navarro Pedrosa	CRC/AL 007097/O
Maceió	158381	Tiago Rodrigues T. Leite	CRC/AL 007791/O-7
Satuba	158382	Eliene Veríssimo da Silva	CRC/AL 005396/O
Palmeira dos Índios	158383	Renata Santana Vieira	CRC/AL 005276/O-4
Penedo	152800	Carlos Eduardo M. Oliveira	CRC/AL 005681/O-0
Santana do Ipanema	152801	Janieide Domingos da Silva	CRC/AL 008434/O-9
Piranhas	152802	Daniel Anderson Martiliano da Silva	CRC/AL PI-010305/O-0
Murici	152803	Anselmo Silva Santos	CRC/AL 005373/O-8
São Miguel dos Campos	152804	Simony M. Reis da R. Maia	CRC/AL 007973/O
Arapiraca	152805	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Maragogi	152815	Marlon Oliveira Pereira	CRC/DF 023755/O
Coruripe	156655	Adriano Fonseca da Silva	CRC/SE 07408/O-9 T -AL
Viçosa	156656	Maria Patrícia F. da Silva	CRC/AL 007857/O
Rio Largo	156657	Rosa Maria Santos	CRC/AL 4597/O-6
Batalha	156660	Claudio José da Silva Dias	CRC/AL 008063/O

2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 30 de setembro de 2023.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2023, e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade contábil, presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas) consolidadas do Ifal, tendo como base todas as suas Unidades Gestoras.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do Órgão, é realizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, de acordo com todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI 020315. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações contantes no SIAFI, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, **exceto** quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Restrição 315 – Falta / restrição de conformidade de registro de gestão

A falta de registro da conformidade de registro de gestão ocorre na integralidade dos lançamentos ocorridos nas unidades de: Reitoria, Coruripe, Viçosa, Batalha, Palmeira dos Índios e Rio Largo.

Apesar da não existência de conformidade de registro de gestão em algumas unidades todos os lançamentos foram realizados com base em documentos que estão à disposição, e foram realizados em observação às normas vigentes.

Restrição 318 - Não atendimento a orientação contábil Set/Central

Essa restrição foi dada para as unidades de Coruripe, Rio Largo e Palmeira dos Índios, devido ao não atendimento de solicitações de ajustes contábeis apontadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, apesar das reiteradas solicitações e orientações.

Restrição 603 - Saldos contábeis não conferem com o RMA

As unidades Arapiraca, Maragogi, Satuba, Palmeira dos Índios, Coruripe e Rio Largo, estão com o saldo contábil da conta de materiais de consumo divergente do apresentado no RMA.

Restrição 606 - Saldo alongado nas contas de ativo

Na Unidade de Palmeira dos Índios, foi verificado a existência de saldo alongado quanto a adiantamento de viagens, não sendo apresentada pela contadora responsável qualquer trabalho para ajuste.

Na Unidade de Maceió, existem saldos alongados nas contas de adiantamento a prestadores de serviços, que se referem a valores da época do CEFET-AL e que estão em processo de análise, por meio do processo administrativo 23041.014868/2021-49.

Restrição 634 – Falta de avaliação de bens móveis/ imóveis/ intangíveis/ outros

Restrição 640 – Saldo contábil bens móveis não confere com o RMB

Ocorre em todas as Unidades Gestoras do Ifal, devido a não conclusão de inventário em todas as Unidades.

Cabe informar que os processos de inventário 2022, estão nas áreas de patrimônio para análise e ajustes, se necessário.

**Restrição 642- Falta/registro incompatível e depreciação, amortização, exaustão –
Ativos Imobilizados**

Ocorre em todas as Unidades Gestoras, em razão da não conclusão do inventário dos bens móveis, como também da fragilidade das informações patrimoniais inseridas no Sistema de Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC.

Restrição 643 - Falta/evolução incompatível amortização dos ativos intangíveis

Ocorre nas Unidades de Arapiraca, Reitoria, Maceió, Satuba e Palmeira dos Índios, devido à falta de informações advindas da Coordenação de Patrimônio, a qual não possui ferramentas para efetuar o registro e controle dos ativos intangíveis.

Restrição 653 – Saldo alongado nas contas de contratos de serviços

As Unidades: Penedo, Santana do Ipanema, Piranhas, Murici, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Marechal Deodoro, Maceió, Coruripe, Palmeira dos Índios, Viçosa, Rio Largo, Reitoria, e Batalha, estão com saldos alongados nas contas de contratos (pendência de análise) de serviços, fornecimento de bens, seguros ou aluguéis.

Restrição 674 – Saldo alongado nas contas de Passivo

Ocorre nas unidades de Penedo, Arapiraca, Maragogi, Coruripe, e Rio Largo.

Além dessas, ainda temos a unidade de Maceió, com saldo que advém da época do CEFET, Palmeira dos Índios, com saldos que tratam da falta de pagamento ou a baixa da obrigação de valores pertencentes a exercícios anteriores, como exemplo a conta de diárias a pagar.

Restrição 683 – Regularização Indevida de valores Ordens Bancárias Canceladas

Ocorre nas unidades de Penedo, Arapiraca, Maragogi, Coruripe, e Rio Largo.

Restrição 705 – Falta comprovação e prestação de contas Suprimento de Fundos

Restrição apresentada nas unidades de São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios, devido a falta de contabilização do processo de prestação de contas de suprimento de fundos, conforme determinado na Instrução Normativa n. 11/2022 – REIT-PROAD.

Restrição 736 – Falta de conformidade contábil da Unidade Gestora

Foi apresentada essa restrição para as unidades de Arapiraca, Batalha, Satuba e Palmeira dos Índios. Não sendo apresentadas justificativas pelos contadores responsáveis, com exceção de Marechal Deodoro.

Restrição 773 – TED a comprovar

Ocorre na Reitoria, devido a ausência da baixa contábil de alguns TEDs que foram comprovados, no entanto, ainda estamos aguardando que as Unidades de origem efetuem a devida baixa contábil.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Fabianna Domingues Lins Cavalcante

CRC/AL 006314/O-1

Chefe de Departamento de Contabilidade e Finanças do IFAL

Maceió-AL, 31 de outubro de 2023

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC - TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC – TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam as contas das Unidades Gestoras do Instituto Federal de Alagoas.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e compõem:

-
- I. Balanço Patrimonial (BP);
 - II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
 - III. Balanço Orçamentário (BO);
 - IV. Balanço Financeiro (BF);
 - V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
 - VI. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, e consequentemente no IFAL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias em almoxarifado, para manutenção da Instituição. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais

benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

I) Restos a Pagar

De acordo com a Lei 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. Referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

	Valores em unidade de Real	
	2023	2022
ATIVO		
Ativo Circulante	53.531.341,69	72.011.669,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.544.869,25	50.318.592,48
Créditos a Curto Prazo	13.083.263,08	15.628.859,21
Estoques	5.892.511,86	6.064.217,55
VPDs Pagas Antecipadamente	10.697,50	-
Ativo Não Circulante	627.020.481,32	612.776.269,36
Imobilizado	625.869.081,55	611.640.483,62
Bens Móveis	131.256.020,25	130.056.666,31
Bens Móveis	131.439.688,35	130.240.334,41
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-183.668,10	-183.668,10
Bens Imóveis	494.613.061,30	481.583.817,31
Bens Imóveis	495.296.418,68	482.190.224,78
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-683.357,38	-606.407,47
Intangível	1.151.399,77	1.135.785,74
Softwares	1.151.399,77	1.135.785,74
TOTAL DO ATIVO	680.551.823,01	684.787.938,60
PASSIVO		
Passivo Circulante	95.536.525,63	115.120.275,25
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	25.832.883,72	42.185.870,24
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.664.662,32	4.588.659,67
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	543,03
Demais Obrigações a Curto Prazo	67.038.979,59	68.345.202,31
Passivo Não Circulante	219.555,04	773.522,93
Demais Obrigações a Longo Prazo	219.555,04	773.522,93
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	95.756.080,67	115.893.798,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Demais Reservas	721.607,14	-
Resultados Acumulados	584.074.135,20	568.894.140,42
Resultado do Exercício	-1.874.852,39	290.648.564,53
Resultados de Exercícios Anteriores	568.894.140,42	262.791.813,56
Ajustes de Exercícios Anteriores	17.054.847,17	15.453.762,33
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	584.795.742,34	568.894.140,42
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	680.551.823,01	684.787.938,60

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Valores em unidade de Real

ATIVO	2023	2022
Ativo Financeiro	34.544.869,25	50.318.592,48
Ativo Permanente	646.006.953,76	634.469.346,12
PASSIVO	2023	2022
Passivo Financeiro	195.378.345,81	81.266.142,15
Passivo Permanente	69.474.946,86	81.781.957,62
SALDO PATRIMONIAL	415.698.530,34	521.739.838,83

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Valores em unidade de Real

ATIVO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	95.513.841,95	95.667.166,88
Atos Potenciais Ativos	95.513.841,95	95.667.166,88
Garantias e Contragarantias Recebidas	6.041.156,38	3.324.836,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	89.095.801,66	92.006.864,60
Direitos Contratuais	376.883,91	335.466,27
PASSIVO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	109.264.299,77	96.354.727,27
Atos Potenciais Passivos	109.264.299,77	96.354.727,27
Obrigações Contratuais	109.264.299,77	96.354.727,27

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em unidade de Real

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-153.250.657,08
Recursos Vinculados	-7.582.819,48
Educação	-1.136.347,74
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.630,07
Previdência Social (RPPS)	60.420,01
Dívida Pública	-8.166.043,29
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.764.689,41
Outros Recursos Vinculados	-110.167,94
ATIVO PERMANENTE	-160.833.476,56

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	Valores em unidade de Real	
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	367.269.085,31	374.224.592,74
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	832.530,93	193.010,50
Venda de Mercadorias	32.604,77	18.637,60
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	799.926,16	174.372,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	251.986,00	5.311,80
Juros e Encargos de Mora	570,56	44,13
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	251.415,44	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	5.267,67
Transferências e Delegações Recebidas	353.088.522,44	354.112.634,47
Transferências Intragovernamentais	349.591.179,09	343.436.180,34
Transferências Intergovernamentais	659.380,22	6.627.492,99
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.837.963,13	4.048.961,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.264.195,76	19.720.778,54
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	139.929,96
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.264.195,76	19.580.848,58
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	831.850,18	192.857,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	831.850,18	192.857,43

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em unidade de Real

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	369.143.937,70	381.840.891,23
Pessoal e Encargos	268.129.613,65	270.796.687,35
Remuneração a Pessoal	213.023.572,73	220.444.312,54
Encargos Patronais	40.933.029,63	38.579.360,95
Benefícios a Pessoal	13.877.320,41	11.244.392,86
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	295.690,88	528.621,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	256.711,31	34.514.250,61
Aposentadorias e Reformas	206.097,83	27.356.162,77
Pensões	50.613,48	6.851.602,95
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	306.484,89
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	38.160.946,19	29.286.487,18
Uso de Material de Consumo	4.040.791,79	4.334.805,50
Serviços	34.043.204,49	24.804.023,54
Depreciação, Amortização e Exaustão	76.949,91	147.658,14
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	69.608,24	22.733,16
Juros e Encargos de Mora	68.440,94	19.170,03
Variações Monetárias e Cambiais	7,30	3,45
Descontos Financeiros Concedidos	1.160,00	3.559,68
Transferências e Delegações Concedidas	44.587.442,13	35.191.015,64
Transferências Intragovernamentais	41.931.409,55	31.074.367,90
Transferências Intergovernamentais	6.548,70	-
Transferências a Instituições Privadas	99.865,74	68.373,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.549.618,14	4.048.274,74
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.230.841,08	2.226.173,42
Perdas Involuntárias	525,53	682,27
Incorporação de Passivos	6.674.744,17	2.158.266,42
Desincorporação de Ativos	555.571,38	67.224,73
Tributárias	81.967,69	193.176,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.016,51	143.092,31
Contribuições	63.951,18	50.084,36
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.626.807,41	9.610.367,20
Incentivos	7.917.874,58	7.321.138,59
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.708.932,83	2.289.228,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 1.874.852,39	- 7.616.298,49

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em unidade de Real

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.141.456,00	1.141.456,00	1.707.702,59	566.246,59
Receita Patrimonial	282.213,00	282.213,00	445.101,32	162.888,32
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	282.213,00	282.213,00	221.785,72	-60.427,28
Valores Mobiliários	0,00	0,00	223.315,60	223.315,60
Receita Agropecuária	40.390,00	40.390,00	32.604,77	-7.785,23
Receitas de Serviços	815.749,00	815.749,00	577.551,00	-238.198,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	815.749,00	815.749,00	577.551,00	-238.198,00
Outras Receitas Correntes	3.104,00	3.104,00	652.445,50	649.341,50
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.104,00	3.104,00	63.770,42	60.666,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	588.674,78	588.674,78
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,30	0,30
RECEITAS DE CAPITAL	24.751.969,00	24.751.969,00	659.380,22	-24.092.588,78
Transferências de Capital	24.751.969,00	24.751.969,00	659.380,22	-24.092.588,78
SUBTOTAL DE RECEITAS	25.893.425,00	25.893.425,00	2.367.082,81	-23.526.342,19
DEFICIT	0	0	438.335.398,70	438.335.398,70
TOTAL	25.893.425,00	25.893.425,00	440.702.481,51	414.809.056,51
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
Créditos Cancelados	-	34.363.414,00	0,00	-34.363.414,00

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	478.005.028,00	511.514.156,00	427.531.620,97	291.471.755,98	266.989.799,26	83.982.535,03
Pessoal e Encargos Sociais	399.919.704,00	420.832.778,00	349.602.743,43	241.094.724,74	220.723.162,05	71.230.034,57
Outras Despesas Correntes	78.085.324,00	90.681.378,00	77.928.877,54	50.377.031,24	46.266.637,21	12.752.500,46
DESPESAS DE CAPITAL	35.651.969,00	36.506.255,00	13.170.860,54	2.418.718,26	1.759.983,32	23.335.394,46
Investimentos	35.651.969,00	36.506.255,00	13.170.860,54	2.418.718,26	1.759.983,32	23.335.394,46
TOTAL DAS DESPESAS	513.656.997,00	548.020.411,00	440.702.481,51	293.890.474,24	268.749.782,58	107.317.929,49

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em unidade de Real

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.481.810,60	18.199.335,60	12.798.755,13	12.660.534,90	610.082,79	8.410.528,51
Pessoal e Encargos Sociais	62.645,96	5.918,65	5.701,41	5.701,41	0,00	62.863,20
Outras Despesas Correntes	3.419.164,64	18.193.416,95	12.793.053,72	12.654.833,49	610.082,79	8.347.665,31
DESPESAS DE CAPITAL	2.714.309,44	22.758.845,95	11.452.845,50	11.442.976,50	7.413,44	14.022.765,45
Investimentos	2.714.309,44	22.758.845,95	11.452.845,50	11.442.976,50	7.413,44	14.022.765,45
TOTAL DAS DESPESAS	6.196.120,04	40.958.181,55	24.251.600,63	24.103.511,40	617.496,23	22.433.293,96

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	49.785,03	29.554.468,27	29.555.125,21	4.600,86	44.527,23
Pessoal e Encargos Sociais	1.140,91	26.656.251,36	26.657.142,12	0,00	250,15
Outras Despesas Correntes	48.644,12	2.898.216,91	2.897.983,09	4.600,86	44.277,08
DESPESAS DE CAPITAL	1.004,70	3.674.346,51	3.218.051,88	0,00	457.299,33
Investimentos	1.004,70	3.674.346,51	3.218.051,88	0,00	457.299,33
TOTAL DAS DESPESAS	50.789,73	33.228.814,78	32.773.177,09	4.600,86	501.826,56

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	Valores em unidade de Real	
	2023	2022
Receitas Orçamentárias	2.367.082,81	6.856.604,91
Ordinárias	-	-
Vinculadas	2.367.082,81	6.856.604,91
Educação	459.948,27	34.645,17
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.908.294,54	15.080.505,40
Recursos a Classificar	0,01	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.160,01	-8.258.545,66
Transferências Financeiras Recebidas	349.591.179,09	343.436.180,34
Resultantes da Execução Orçamentária	310.153.962,43	312.288.891,40
Repassé Recebido	286.613.507,32	295.655.151,17
Sub-repassé Recebido	23.540.455,11	16.633.740,23
Independentes da Execução Orçamentária	39.437.216,66	31.147.288,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	37.908.746,62	30.324.821,76
Demais Transferências Recebidas	0,00	3.380,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.528.470,04	819.087,18
Recebimentos Extraorçamentários	173.530.512,55	150.750.005,02
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25.140.691,66	20.256.115,16
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	146.812.007,27	129.502.049,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.302.404,02	817.798,97
Outros Recebimentos Extraorçamentários	275.409,60	174.041,66
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	107.804,42	49.777,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.565,12	0,00
Arrecadação de Outra Unidade	164.040,06	124.264,60
Saldo do Exercício Anterior	50.318.592,48	36.471.974,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.318.592,48	36.471.974,05
TOTAL	575.807.366,93	537.514.764,32

BALANÇO FINANCEIRO

Valores em unidade de Real

DISPÊNDIOS	2023	2022
Despesas Orçamentárias	440.702.481,51	429.769.232,48
Ordinárias	429.272.007,71	389.459.947,20
Vinculadas	11.430.473,80	40.309.285,28
Educação	0,00	1.472.512,05
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,00	45.000,00
Previdência Social (RPPS)	0,00	33.117.819,00
Dívida Pública	10.748.050,88	0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	682.422,92	5.673.954,23
Transferências Financeiras Concedidas	41.917.045,87	31.074.367,90
Resultantes da Execução Orçamentária	23.588.074,38	16.715.040,23
Repasso Concedido	47.619,27	81.300,00
Sub-repasso Concedido	23.540.455,11	16.633.740,23
Independentes da Execução Orçamentária	18.328.971,49	14.359.327,67
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.407.633,73	14.074.801,93
Demais Transferências Concedidas	158.702,90	62.878,64
Movimento de Saldos Patrimoniais	762.634,86	221.647,10
Pagamentos Extraorçamentários	58.642.970,30	51.546.534,83
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	32.773.177,09	34.262.850,62
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.103.511,40	16.830.880,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.751.918,13	452.804,12
Outros Pagamentos Extraorçamentários	14.363,68	0,00
Demais Pagamentos	14.363,68	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte	34.544.869,25	25.124.629,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.544.869,25	25.124.629,11
TOTAL	575.807.366,93	537.514.764,32

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Valores em unidade de Real	
	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.271,93	-7.931.444,73
INGRESSOS	352.768.890,88	344.607.355,83
Receita Patrimonial	221.785,72	47.042,35
Receita Agropecuária	32.604,77	18.637,60
Receita de Serviços	577.551,00	123.815,00
Remuneração das Disponibilidades	223.315,60	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	652.445,50	39.616,97
Transferências Recebidas	659.380,22	0,00
Outras Transferências Recebidas	659.380,22	0,00
Outros Ingressos Operacionais	351.061.188,29	344.378.243,91
Ingressos Extraorçamentários	1.302.404,02	817.798,97
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.565,12	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	349.591.179,09	343.436.180,34
Arrecadação de Outra Unidade	164.040,06	124.264,60
DESEMBOLSOS	-352.766.618,95	-352.538.800,56
Pessoal e Demais Despesas	-269.391.606,09	-283.462.719,50
Previdência Social	-6.764,63	-38.315.757,59
Educação	-269.412.009,14	-245.196.739,97
Direitos da Cidadania	0,00	1,00
Ciência e Tecnologia	-80.636,74	0,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	107.804,42	49.777,06
Transferências Concedidas	-39.706.048,86	-37.548.909,04
Intragovernamentais	-39.599.634,42	-37.480.536,04
Outras Transferências Concedidas	-106.414,44	-68.373,00
Outros Desembolsos Operacionais	-43.668.964,00	-31.527.172,02
Dispêndios Extraorçamentários	-1.751.918,13	-452.804,12
Transferências Financeiras Concedidas	-41.917.045,87	-31.074.367,90
Demais Pagamentos	-14.363,68	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.421.011,70	-10.038.710,03
DESEMBOLSOS	-16.421.011,70	-10.038.710,03
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.243.511,56	-9.897.712,18
Outros Desembolsos de Investimentos	-177.500,14	-140.997,85
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-15.773.723,23	-11.347.344,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	50.318.592,48	36.471.974,05
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	34.544.869,25	25.124.629,11

6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto na Lei n.º 4.320/64, destina-se a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade, por meio de contas representativas do patrimônio, bem como os atos potenciais, os quais são evidenciados nas contas de compensação (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

De acordo com a Portaria STN n.º 438/2012, as demonstrações contábeis contidas na Lei n.º 4.320/64, foram modificadas para atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

As notas explicativas apresentadas abaixo, tratam dos itens mais relevantes após análise horizontal e vertical comparando 2022 e o terceiro trimestre de 2023.

6.1. Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo dessa conta no período atual é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispendio) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa apresenta o valor dos recursos financeiros em conta única, disponíveis para uso imediato. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no Banco Central e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

No Ifal a conta Caixa e Equivalente de Caixa está disposta como segue na Tabela

1:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022	AH	AV
Limite de saque c/ vinculação de pgto - OFSS	R\$ 4.402.849,93	R\$ 16.939.900,49	-74%	13%
Limite de saque c/ vinculação de pgto - ordem de Pagamento - OFSS	R\$ 18.739.707,97	R\$ 28.605.492,87	-34%	54%
Demais Contas - Banco do Brasil	R\$ 18.564,25	R\$ 27.012,34	-31%	0%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	R\$ 232.347,91	R\$ 785.570,92	-70%	1%
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	R\$ 0,00	R\$ 3.960.615,86	-100%	0%
CTU - Recursos da conta única aplicação	R\$ 11.151.399,19	R\$ 0,00		32%
	R\$ 34.544.869,25	R\$ 50.318.592,48		100%

Fonte: SIAFI

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, trata de valores comprometidos os quais serão compensados no primeiro dia útil do mês seguinte. Do valor apresentado R\$ 18.604.280,38 (dezoito milhões, seiscentos e quatro mil, duzentos e oitenta reais e trinta e oito centavos) trata do pagamento do salário dos servidores ativos e pensionistas do Ifal.

Cabe destacar que, os recursos financeiros destinados ao pagamento da folha dos servidores, são sempre encaminhados pelo MEC no último dia útil do mês e suas ordens bancárias são sempre geradas no primeiro dia útil do mês subsequente, por essa razão o saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, será sempre elevado no fim de cada mês.

As contas “Demais contas – Banco do Brasil” e “Demais contas - Caixa Econômica Federal”, compreende os valores relativos aos depósitos de cauções recebidas por garantia de contrato. O valor total apresentado nas duas contas, estão representadas nas contas contábeis do passivo 218810402 – Depósitos e Cauções Recebidos e 228810402 – Depósitos e Cauções Recebidos.

O valor apresentado na conta “CTU – Recursos da Conta Única Aplicada”, refere-se aos valores recebidos dos convênios firmados com o Governo do Estado de Alagoas, para construção dos campi Batalha, Santana do Ipanema e Rio Largo.

6.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, e representa 2% (dois por cento) do valor total do ativo, incluem os adiantamentos concedidos relacionados a folha de pagamento, adiantamentos a prestadores de serviços e fornecedores e os créditos a receber. A referida conta está detalhada na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2023	2022	AH	AV
Adiantamento de férias	R\$ 6.026.369,89	R\$ 7.927.092,54	-24%	46%
Viagens – adiantamento	R\$ 13,82	R\$ 13,82	0%	0%
Salários e Ordenados -Pagamento antecipado	R\$ 816.202,52	R\$ 1.477.435,84	-45%	6%
Adiantamento Concedido	R\$ 151.760,00	R\$ 22.000,00	590%	1%
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	R\$ 851.728,80	R\$ 830.728,80	3%	7%
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	0%	8%
Valores a receber por Devolução de Despesa	R\$ 100,00	R\$ 0,00		0%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	R\$ 4.175.770,11	R\$ 4.338.370,11	-4%	32%
Remuneração recursos Aplicados na CTU	R\$ 28.099,84	R\$ 0,00		0%
Crédito de energia a compensar	R\$ 33.218,10	R\$ 33.218,10	0%	0%
	R\$ 13.083.263,08	R\$ 15.628.859,21		100%

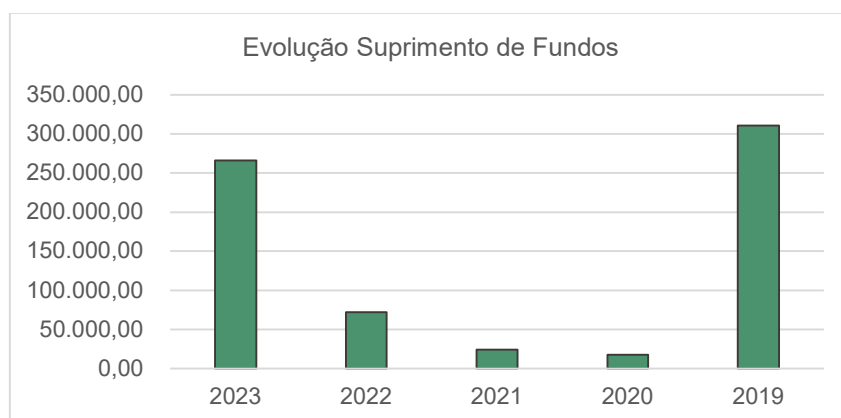
Fonte: SIAFI

Do valor total da conta de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, comparando-se os saldos dos exercícios 2022 e o terceiro trimestre de 2023, conforme análise vertical, tem-se que aproximadamente 52% (cinquenta e dois por cento) corresponde a verbas remuneratórias dos servidores. Já na análise horizontal percebe-se maior acréscimo com 590% (quinhentos e noventa por cento) na conta de Adiantamento Concedido, a qual trata das concessões de suprimento de fundos.

Cabe destacar que, a baixa da prestação de contas de suprimentos de fundos concedidos no exercício de 2022, referente aos campi Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios, no valor total de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), somente foram realizados os lançamentos das prestações de contas nos meses de julho e agosto, respectivamente.

6.2.1. Suprimento de Fundos

Ao efetuarmos o levantamento dos valores executados a título de suprimento de fundos no âmbito do Ifal, comparando os exercícios de 2019 a 2023, observa-se um aumento significativo de utilização em 2023.



Abaixo demonstramos ainda, o valor executado até o terceiro trimestre de 2023, por campus:

Tabela 3 - Suprimento de Fundos 2023

30/09/2023	
Murici	R\$ 33.081,64
Penedo	R\$ 10.000,00
Piranhas	R\$ 42.000,00
São Miguel dos Campos	R\$ 17.600,00
Arapiraca	R\$ 18.000,00
Batalha	R\$ 6.814,18
Reitoria	R\$ 16.764,00
Marechal Deodoro	R\$ 41.466,82
Maceió	R\$ 39.265,00
Satuba	R\$ 15.000,00
Palmeira dos Índios	R\$ 26.000,00
TOTAL	R\$ 265.991,64

6.2.2. Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada

A conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada, registra os termos firmados com outros Órgãos da Administração Federal com o intuito de realizar alguns objetivos estratégicos mencionados no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Ifal, como segue:

Tabela 4 - Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada

31/03/2023	
679596 – Universidade Federal da Bahia	R\$ 2.569.266,18
693898-Universidade Federal da Bahia	R\$ 1.556.503,93
ED1AAGGC - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	R\$ 50.000,00
	R\$ 4.175.770,11

Fonte: SIAFI

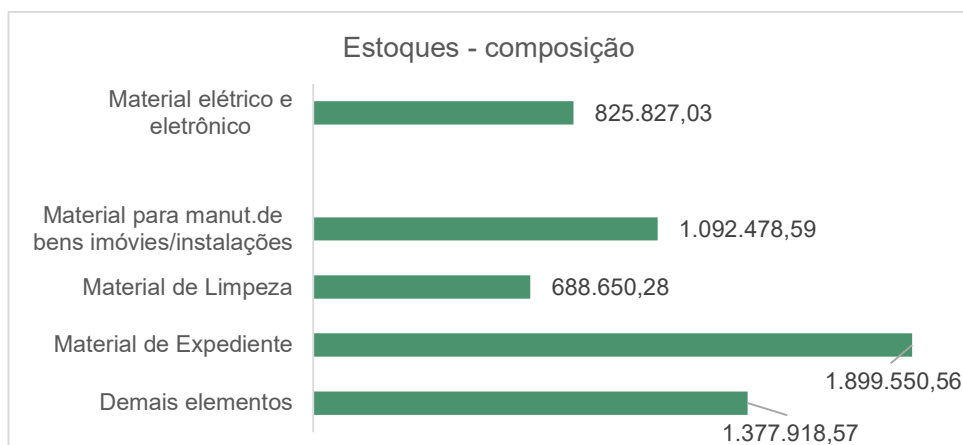
Dos valores acima mencionados com maior representatividade, observa-se os TEDs de nrs. 679596 e 693898 firmados com a Universidade Federal da Bahia, os quais tratam de capacitação para alguns servidores em Mestrado Profissional, estando ainda o processo de prestação de contas em análise.

6.3. Estoques

Os valores apresentados na conta de Estoques, trata de materiais ou suprimentos adquiridos para o consumo interno das Unidades do Ifal, empregados na prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão, bem como das atividades meio.

Conforme a análise efetuada dos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado – RMA em comparação ao saldo contábil da conta de Estoques, observa-se que os campi Murici, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Maragogi, Maceió, Satuba, Palmeira dos Índios, Coruripe e Rio Largo, não estão com os saldos conciliados.

O saldo atual da conta de Estoque é de R\$ 5.884.425,03 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e três centavos), sendo 32% (trinta e dois por cento) aplicado em material de expediente.



Abaixo apresentamos a composição do estoque por campus, conforme abaixo:

Tabela 5 - Estoques por Unidade

	30/09/2023	AV
Penedo	R\$ 71.905,25	1%
Santana do Ipanema	R\$ 141.303,49	2%
Piranhas	R\$ 782.441,06	13%
Murici	R\$ 165.991,16	3%
São Miguel dos Campos	R\$ 37.694,83	1%
Arapiraca	R\$ 232.545,22	4%
Maragogi	R\$ 251.326,26	4%
Reitoria	R\$ 300.801,55	5%
Marechal Deodoro	R\$ 178.774,76	3%
Maceió	R\$ 1.425.777,67	24%
Satuba	R\$ 360.154,51	6%
Palmeira dos Índios	R\$ 403.274,02	7%
Coruripe	R\$ 372.816,70	6%
Viçosa	R\$ 1.003.483,32	17%
Rio Largo	R\$ 67.903,17	1%
Batalha	R\$ 88.232,06	1%
	R\$ 5.884.425,03	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se que as unidades Maceió, Viçosa e Piranhas, possuem o maior volume de estoques com respectivamente, 24% (vinte e quatro por cento), 17% (dezesete por cento) e 13% (treze por cento), conforme análise vertical.

6.4. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Representa 91% (noventa e um por cento) do total do grupo do Ativo. Sendo aproximadamente 19% (dezenove por cento) de bens móveis e 72% (setenta e dois por cento) de bens imóveis.

6.4.1. Bens Móveis

A composição dos bens móveis até o terceiro trimestre de 2023, apresentou o saldo de R\$ 131.256.020,25 (cento e trinta e um milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, vinte reais e vinte e cinco centavos), após a depreciação, conforme abaixo:

Tabela 6 - Bens Móveis - Composição

	2023	2022	AH
Máquinas, aparelhos, equipamentos	R\$ 43.314.055,68	R\$ 45.452.336,61	-5%
Bens de Informática	R\$ 28.490.470,74	R\$ 27.385.175,55	4%
Móveis e Utensílios	R\$ 34.366.754,13	R\$ 32.902.125,31	4%
Material cultura, educacional	R\$ 9.161.036,53	R\$ 8.990.410,49	2%
Veículos	R\$ 11.206.127,58	R\$ 11.032.323,17	2%
Armamentos	R\$ 1.692,72	R\$ 1.692,72	0%
Semoventes	R\$ 175.640,43	R\$ 175.640,43	0%
Demais bens móveis	R\$ 4.723.910,54	R\$ 4.300.630,13	10%
Depreciação	-R\$ 183.668,10	-R\$ 183.668,10	
	R\$ 131.256.020,25	R\$ 130.240.334,41	

Fonte: SIAFI

Os valores registrados no Balanço Patrimonial não refletem fidedignamente a realidade, devido à falta de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens móveis, como também à inexistência de conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades pertencentes ao Instituto Federal de Alagoas.

6.4.2. Bens Imóveis

No Ifal, a gestão dos bens imóveis é efetuada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Os bens imóveis do Ifal até o terceiro trimestre de 2023 totalizam o valor de R\$ 494.613.061,30 (quatrocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e treze mil, sessenta e um reais e trinta centavos), após a depreciação, composto conforme abaixo.

Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição

	2023	2022	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	R\$ 466.496.751,44	R\$ 465.775.154,30	0%
Edifícios	R\$ 5.321.430,96	R\$ 5.321.430,96	0%
Imóveis de uso Educacional	R\$ 166.551.260,92	R\$ 165.829.663,78	0%
Complexos/ Fábricas / Usinas	R\$ 294.624.059,56	R\$ 294.624.059,56	0%
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	R\$ 0,00	R\$ 94.341,35	-100%
Imóveis de uso Educacional	R\$ 0,00	R\$ 94.341,35	-100%
Bens Imóveis em andamento	R\$ 22.828.478,31	R\$ 13.207.455,89	73%
Instalações	R\$ 5.971.188,93	R\$ 3.113.283,24	92%
Depreciação	-R\$ 683.357,38	-R\$ 606.407,47	
	R\$ 494.613.061,30	R\$ 481.583.827,31	

Fonte: SIAFI

Importante informar que, ainda existem obras em andamento, nas Unidades de Piranhas, Arapiraca, Viçosa, Batalha, Rio Largo, Penedo, Maceió e Palmeira dos Índios.

6.4.2.1. Obras em Andamento

Abaixo demonstramos as obras em andamento no Ifal, até o terceiro trimestre de 2023.

Tabela 8 - Obras em andamento - Composição

	2023
Campus Piranhas - Adequação do sistema de combate a incêndio e pânico	R\$ 1.117.647,89
Campus Arapiraca - obra das Salas Modulares	R\$ 101.507,21
Reitoria - Obra de reforma do refeitório e bancadas do campus Penedo	R\$ 606.198,78
Reitoria - Obra de reforma e ampliação do campus Viçosa	R\$ 5.250.280,91
Campus Marechal Deodoro - reforma da quadra poliesportiva	R\$ 67.508,42
Campus Maceió - obra de construção do espaço multieventos	R\$ 2.197.546,42
Campus Maceió - obra de calçadas externas	R\$ 582.333,67
Campus Palmeira dos Índios - construção do bloco de engenharia	R\$ 158.098,60
Campus Palmeira dos Índios - recuperação de cobertas	R\$ 69.573,78
Campus Palmeira dos Índios - construção da subestação	R\$ 628.756,98
Reitoria - obra de construção da quadra do campus Viçosa	R\$ 373.505,84
Reitoria - obra da quadra coberta com vestiário do campus Piranhas	R\$ 438.374,33
Reitoria - Obra de complementação do Edf. Engenharia do campus Palmeira dos Índios	R\$ 161.021,51
Reitoria - Obra de construção do campus Batalha	R\$ 9.385.081,97
Reitoria - Obra de construção do campus Rio Largo	R\$ 1.691.042,00
	R\$ 22.828.478,31

Fonte: SIAFI

6.5. Intangível

Não está sendo efetuada a amortização dos softwares adquiridos pelo Instituto, segundo Coordenação de Patrimônio da Reitoria, devido às limitações no controle patrimonial.

6.6. Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Compreende as obrigações do Ifal junto aos fornecedores de materiais, bens e prestadores de serviços. Tendo sua composição por Unidade, conforme abaixo:

Tabela 9 - Fornecedores Nacionais por Unidade

	30/09/2023	AV
Penedo	R\$ 131.758,12	5%
Santana do Ipanema	R\$ 95.822,51	4%
Piranhas	R\$ 180.428,96	7%
Murici	R\$ 10.412,59	0%
São Miguel dos Campos	R\$ 64.221,78	2%
Arapiraca	R\$ 32.909,92	1%
Maragogi	R\$ 274.602,33	10%
Reitoria	R\$ 481.949,96	18%
Marechal Deodoro	R\$ 154.658,82	6%
Maceió	R\$ 543.951,48	20%
Satuba	R\$ 152.096,05	6%
Palmeira dos Índios	R\$ 324.940,38	12%
Coruripe	R\$ 141.671,20	5%
Viçosa	R\$ 12.065,14	0%
Rio Largo	R\$ 8.666,37	0%
Batalha	R\$ 54.506,71	2%
	R\$ 2.664.662,32	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Considerando que 20% (vinte por cento) do total devido aos fornecedores encontra-se no campus Maceió e 18% (dezoito por cento) na Reitoria. Detalhamos nos quadros abaixo os fornecedores a pagar com os valores mais expressivos em setembro de 2023, dessas duas Unidades.

Tabela 10 - Fornecedores Nacionais - Maceió

	30/09/2023	AV
A R Engenharia e Serviços de Construção Ltda – 11.874.834/0001-42	R\$ 456.294,63	84%
Suricate Serviços Terceirizados Ltda - 11.091.079/0001-20	R\$ 52.143,96	10%
Link Card Administradora de Benefícios - 14.822.943/0001-04	R\$ 17.441,89	3%
Demais fornecedores	R\$ 18.071,00	3%
	R\$ 543.951,48	3%

Fonte: SIAFI

O Fornecedor com maior valor no campus Maceió trata obra de construção do espaço multieventos, conforme processo licitatório RDC Eletrônico 03/2019, contrato 02/2019.

Tabela 11 - Fornecedores Nacionais - Reitoria

	30/09/2023	AV
Instituto Negócios Públicos do Brasil - 10.847.721/0001-95	R\$ 42.799,41	9%
Associação Brasileira de Recursos Humanos - 43.996.719/0001-37	R\$ 45.850,00	10%
DF Turismo e Evetos Ltda - 07.832.586/0001-08	R\$ 66.669,18	14%
Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda 01.771.692/0001-34	R\$ 33.161,25	7%
Demais fornecedores	R\$ 293.470,12	61%
	R\$ 481.949,96	100%

Fonte: SIAFI

Na Reitoria, o fornecedor com maior valor trata da prestação de serviços com aquisição de passagens aéreas, conforme processo licitatório Pregão 22/2018, contrato 02/2019.

6.7. Ajustes de Exercícios Anteriores

O Ifal apresenta o valor total de R\$ 17.054.847,17 (dezessete milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), referente a baixa de precatórios do exercício de 2022, conforme Nota Técnica 001/2022-CJF.

6.8. Obrigações Contratuais

O Ifal possui um total de R\$ 109.264.299,77 (cento e nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos) relacionados a obrigações contratuais, distribuídos conforme demonstrativo:

Tabela 12 - Obrigações Contratuais

	2023	2022	AH
Aluguéis	R\$ 2.111.549,04	R\$ 2.515.103,56	-16%
Fornecimento de Bens	R\$ 101.765,16	R\$ 977.633,50	-90%
Seguros	R\$ 139.815,87	R\$ 15.548,16	799%
Serviços	R\$ 106.911.169,70	R\$ 92.846.442,05	15%
	R\$ 109.264.299,77	R\$ 96.354.727,27	

Fonte: Tesouro Gerencial

Na conta de aluguéis temos contratos nas unidades abaixo:

Tabela 13 - Aluguéis

	30/06/2023
Santana do Ipanema	R\$ 1.087.165,84
Reitoria	R\$ 1.024.383,20
	R\$ 2.111.549,04

Fonte: Tesouro Gerencial

Em Santana do Ipanema, o valor especificado trata do contrato de locação para funcionamento temporário da Unidade, firmado com a empresa Lemos e Damasceno Combustíveis Ltda, inscrito no CNPJ 08.529.008/0001-51, com vigência de 22/09/2019 a 22/09/2025.

Na Reitoria, o valor apresentado trata da locação de galpão para funcionamento dos setores de Almoxarifado, Arquivo e Patrimônio, firmado com a pessoa física Almay Medeiros Bezerra, inscrito no CPF 349.074.834-49, com vigência de 01/03/2020 a 01/03/2030.

Quanto aos contratos com fornecedores de bens temos contratos no campus Satuba, os quais tratam de serviços de recarga e manutenção geral em equipamentos de combate a incêndio e aquisições de peças para manutenção de veículos.

Quanto aos contratos de serviços, segue detalhamento por campus:

Tabela 14 - Serviços

	30/09/2023	AV
Penedo	R\$ 2.862.249,58	3%
Santana do Ipanema	R\$ 3.408.295,32	3%
Piranhas	R\$ 3.105.004,86	3%
Murici	R\$ 1.912.745,86	2%
São Miguel dos Campos	R\$ 2.177.679,05	2%
Arapiraca	R\$ 2.647.369,10	2%
Maragogi	R\$ 3.323.266,31	3%
Reitoria	R\$ 45.584.014,48	43%
Marechal Deodoro	R\$ 4.784.185,45	4%
Maceió	R\$ 16.544.568,22	15%
Satuba	R\$ 8.150.702,13	8%
Palmeira dos Índios	R\$ 2.967.315,52	3%
Coruripe	R\$ 6.094.255,26	6%
Viçosa	R\$ 1.497.045,61	1%
Rio Largo	R\$ 616.052,83	1%
Batalha	R\$ 1.236.420,12	1%
	R\$ 106.911.169,70	100%

Fonte: Siafi

A Reitoria apresenta o maior percentual 43% (quarenta e três por cento) do valor total dos contratos de prestação de serviços. Os contratos de maiores valores a executar são: o contrato firmado com a empresa GPS Empreendimentos Ltda, inscrita no CNPJ 02.339.308/0001-91, que trata da obra de construção do campus Batalha, com saldo de R\$ 8.775.861,66 (oito milhões, setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos) e; com a empresa Plana Edificações Ltda, inscrita no CNPJ 05.346.248/0001-22, com saldo de R\$ 16.723.740,69 (dezesseis milhões,

setecentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos)
para construção do campus Rio Largo.

7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO - BF

O Balanço financeiro, conforme a Lei nº 4.320/64, demonstra a receita e a despesa orçamentária e extraorçamentária, conjugados com o saldo de caixa provenientes do exercício anterior, e os quais se transferem para o exercício seguinte. Demonstrando a movimentação financeira da entidade.

7.1. Ingressos

Ingressos são todas as receitas, seja orçamentária ou extraorçamentária.

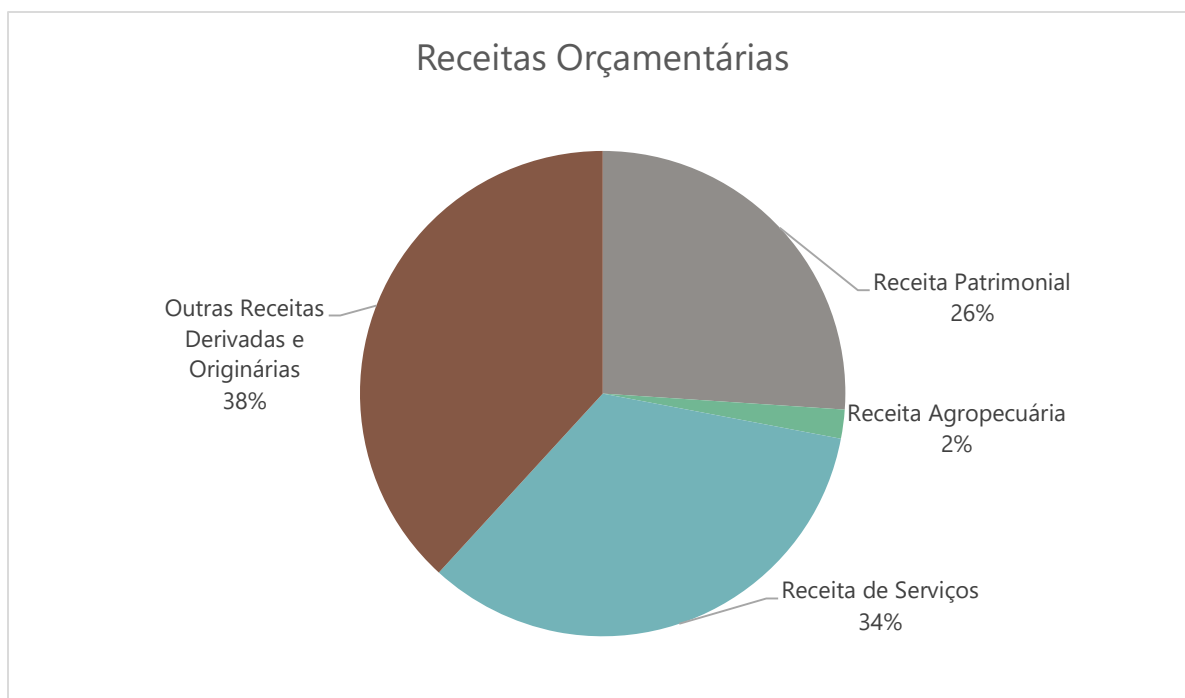
O Ifal obteve até o terceiro trimestre de 2023, o valor total de R\$ 525.488.774,45 (quinhentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) referente a ingressos no Órgão, dos quais conforme análise horizontal efetuada, a maior variação negativa está nas receitas orçamentárias.

Tabela 15 - Ingressos

	2023	2022	AH
Receitas Orçamentárias	R\$ 2.367.082,81	R\$ 6.856.604,91	-65%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 349.591.179,09	R\$ 343.436.180,34	2%
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 173.530.512,55	R\$ 150.750.005,02	15%
	R\$ 525.488.774,45	R\$ 501.042.790,27	

Fonte: SIAFI

As receitas orçamentárias até o terceiro trimestre de 2023, está assim representada:



Pode-se observar que, o maior recebimento está em Outras Receitas Derivadas e Originárias, devido a recebimentos com restituições de despesas de exercícios anteriores.

8. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário, previsto na Lei n.º 4.320/64, apresenta a informação orçamentária, efetuando a comparação entre os valores orçados e realizados decorrentes da execução do orçamento (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

A execução orçamentária do IFAL abrange, além da Reitoria com sede em Maceió, 16 campi com execução orçamentário e financeira descentralizada, sendo que o campus Benedito Bentes atua na plataforma SIAFI da Reitoria.

8.1. Receitas Correntes

Ao compararmos a Receita Prevista com a Receita Realizada, verificamos que o Ifal vem arrecadando em todas as receitas previstas. As receitas realizadas com serviços administrativos correspondem a 49,61% (quarenta e nove vírgula sessenta e um por cento) do total arrecadado, decorrente em sua maioria pelo recebimento de restituições ao erário por despesas realizadas em exercício anterior.

Tabela 16 - Composição das Receitas

	Prevista	Realizada	AV
Receita Patrimonial	R\$ 282.213,00	R\$ 445.101,32	26%
Receita Agropecuária	R\$ 40.390,00	R\$ 32.604,77	2%
Receita de Serviços	R\$ 815.749,00	R\$ 577.551,00	34%
Outras Receitas Correntes	R\$ 3.104,00	R\$ 652.445,50	38%
	R\$ 1.141.456,00	R\$ 1.707.702,59	

Fonte: Siafi

8.2. Despesas

Na execução das despesas orçamentárias, o Ifal empenhou R\$ 440.702.481,51 (quatrocentos e quarenta milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais, e cinquenta e um centavos), correspondendo a aproximadamente 80% (oitenta por cento) da dotação orçamentária atualizada. O maior percentual de execução, trata das despesas com Outras Despesas Correntes, conforme análise horizontal.

Tabela 17 - Execução da Despesa

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
Despesas Correntes	R\$ 511.514.156,00	R\$ 427.531.620,97
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 420.832.778,00	R\$ 349.602.743,43
Outras Despesas Correntes	R\$ 90.681.378,00	R\$ 77.928.877,54
Despesas de Capital	R\$ 36.506.255,00	R\$ 13.170.860,54
Total das Despesas	R\$ 548.020.411,00	R\$ 440.702.481,51

Fonte: Siafi

Quanto a execução das despesas empenhadas até o terceiro trimestre de 2023, alcançou 66,69% (sessenta e seis vírgula sessenta e nove por cento) de todo o valor empenhado.

Tabela 18 - Execução das despesas empenhadas

Categoria Econômica	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 427.531.620,97	R\$ 291.471.755,98
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 349.602.743,43	R\$ 241.094.724,74
Outras Despesas Correntes	R\$ 77.928.877,54	R\$ 50.377.031,24
Despesas de Capital	R\$ 13.170.860,54	R\$ 2.418.718,26
Total das Despesas	R\$ 440.702.481,51	R\$ 293.890.474,24

Fonte: Siafi

Do total das despesas liquidadas o IFAL efetuou o pagamento de 91% (noventa e um por cento).

Tabela 19 - Execução das despesas Liquidadas

Categoria Econômica	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas Correntes	R\$ 291.471.755,98	R\$ 266.989.799,26
Despesas de Capital	R\$ 2.418.718,26	R\$ 1.759.983,32
Total das Despesas	R\$ 293.890.474,24	R\$ 268.749.782,58

Fonte: Siafi

8.3. Execução de Restos a Pagar Não Processados

O IFAL iniciou o exercício de 2023 com o total de empenhos inscritos em restos a pagar não processados no valor total de R\$ 47.154.301,59 (quarenta e sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e um reais e cinquenta e nove centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 20 - Restos a Pagar Não Processados

Grupo de Despesas	Inscritos (empenhos do ano de 2022)	Reinscritos (empenhos anteriores a 2021)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 5.918,65	R\$ 62.645,96
Outras Despesas Correntes	R\$ 18.193.416,95	R\$ 3.419.164,64
Investimentos	R\$ 22.758.845,95	R\$ 2.714.309,44
Subtotal	R\$ 40.958.181,55	R\$ 6.196.120,04
TOTAL	R\$ 47.154.301,59	

Fonte: Tesouro Gerencial

Após análises, execuções e cancelamentos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, ocorridas até o terceiro trimestre de 2023, apresenta-se atualmente os seguintes resultados:

Tabela 21 - Execução dos Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Não Processados

Grupo de Despesas	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Liquidar
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 68.564,61	R\$ -	R\$ 5.701,41	R\$ 62.863,20
Outras Despesas Correntes	R\$ 21.612.581,59	R\$ 610.082,79	R\$ 12.654.833,49	R\$ 8.347.665,31
Investimentos	R\$ 25.473.155,39	R\$ 7.413,44	R\$ 11.442.976,50	R\$ 14.022.765,45
TOTAL	R\$ 47.154.301,59	R\$ 617.496,23	R\$ 24.103.511,40	R\$ 22.433.293,96

Fonte: Tesouro Gerencial

Abaixo demonstramos a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar, por Unidade do Ifal, até o terceiro trimestre de 2023.

Tabela 22 - Execução RPNP por Unidade

Unidade	RPNP A Liquidar Inscritos e Reinscritos	RPNP a Liquidar	RPNP Liquidar a Pagar	RPNP Pago	Cancelamento de RPNP
Penedo	R\$ 1.367.773,49	R\$ 446.911,92	R\$ 768,01	R\$ 912.437,28	R\$ 7.656,28
Santana do Ipanema	R\$ 329.109,70	R\$ 51.295,19	R\$ 0,00	R\$ 277.813,50	R\$ 1,01
Piranhas	R\$ 2.099.861,65	R\$ 518.786,11	R\$ 0,00	R\$ 1.335.990,75	R\$ 245.084,79
Murici	R\$ 502.145,45	R\$ 98.276,82	R\$ 0,00	R\$ 397.679,66	R\$ 6.188,97
São Miguel dos Campos	R\$ 300.128,56	R\$ 38.811,44	R\$ 0,00	R\$ 261.317,12	
Arapiraca	R\$ 1.093.845,94	R\$ 200.643,87	R\$ 11.454,30	R\$ 858.606,14	R\$ 23.141,63
Maragogi	R\$ 1.170.928,63	R\$ 602.923,99	R\$ 7.216,84	R\$ 553.319,01	R\$ 7.468,79
Coruripe	R\$ 1.154.017,05	R\$ 321.744,79	R\$ 21.257,37	R\$ 811.014,89	
Viçosa	R\$ 730.614,24	R\$ 277.971,99	R\$ 4.484,55	R\$ 432.688,19	R\$ 15.469,51
Rio Largo	R\$ 158.231,47	R\$ 25.471,95	R\$ 0,00	R\$ 122.839,57	R\$ 9.919,95
Batalha	R\$ 409.096,86	R\$ 76.357,17	R\$ 26,58	R\$ 332.713,11	
Reitoria	R\$ 28.734.113,55	R\$ 15.908.839,70	R\$ 85.678,58	R\$ 12.472.257,85	R\$ 267.337,42
Marechal Deodoro	R\$ 720.062,69	R\$ 224.291,30	R\$ 0,00	R\$ 495.771,39	
Maceió	R\$ 3.727.375,25	R\$ 1.755.580,76	R\$ 9.869,00	R\$ 1.961.925,49	
Satuba	R\$ 3.138.262,27	R\$ 1.506.717,38	R\$ 4.644,00	R\$ 1.592.063,91	R\$ 34.836,98
Palmeira dos Índios	R\$ 1.518.734,79	R\$ 230.580,35	R\$ 2.690,00	R\$ 1.285.073,54	R\$ 390,90
Total	R\$ 47.154.301,59	R\$ 22.285.204,73	R\$ 148.089,23	R\$ 24.103.511,40	R\$ 617.496,23

Fonte: Tesouro
Gerencial

Temos ainda, a análise dos valores executados por unidade, desconsiderando os cancelamentos:

Tabela 23 - Execução RPNP por Unidade

Unidade	RPNP A Liquidar Inscritos e Reinscritos	RPNP Liquidados/Pagos	Percentual de RPNP Executados
Penedo	R\$ 1.367.773,49	R\$ 913.205,29	67%
Santana do Ipanema	R\$ 329.109,70	R\$ 277.813,50	84%
Piranhas	R\$ 2.099.861,65	R\$ 1.335.990,75	64%
Murici	R\$ 502.145,45	R\$ 397.679,66	79%
São Miguel dos Campos	R\$ 300.128,56	R\$ 261.317,12	87%
Arapiraca	R\$ 1.093.845,94	R\$ 870.060,44	80%
Maragogi	R\$ 1.170.928,63	R\$ 560.535,85	48%
Coruripe	R\$ 1.154.017,05	R\$ 832.272,26	72%
Viçosa	R\$ 730.614,24	R\$ 437.172,74	60%
Rio Largo	R\$ 158.231,47	R\$ 122.839,57	78%
Batalha	R\$ 409.096,86	R\$ 332.739,69	81%
Reitoria	R\$ 28.734.113,55	R\$ 12.557.936,43	44%
Marechal Deodoro	R\$ 720.062,69	R\$ 495.771,39	69%
Maceió	R\$ 3.727.375,25	R\$ 1.971.794,49	53%
Satuba	R\$ 3.138.262,27	R\$ 1.596.707,91	51%
Palmeira dos Índios	R\$ 1.518.734,79	R\$ 1.287.763,54	85%
Total	R\$ 47.154.301,59	R\$ 24.251.600,63	

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se que as unidades do Ifal que mais executaram os empenhos inscritos em restos a pagar (Restos a Pagar Não Processados Liquidados/Pagos) foram São Miguel dos Campos com 87% (oitenta e sete por cento), Palmeira dos Índios com 85% (oitenta e cinco por cento) e Santana do Ipanema com 84% (oitenta e quatro por cento).

As unidades que menos executaram seus empenhos inscritos em restos a pagar foram Reitoria com 44% (quarenta e quatro por cento) e Maragogi com 48% (quarenta e oito por cento). Na Reitoria pode-se justificar a baixa execução pelos empenhos de obras, os quais ainda estão em andamento.
